

MERENDA ECOLÓGICA: UMA PROPOSTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR

FOSCHIERA, Elisabeth Maria

1- INTRODUÇÃO:

A problemática a respeito da merenda escolar é um tema que vem intrigando há tempos os educadores preocupados com a segurança alimentar, bem como àqueles que a entendem como um processo pedagógico de construção do conhecimento, hábitos e atitudes, realizado durante o período escolar. Também, com implicações econômicas tanto para a vida da escola, do educando e do setor que fornece tais produtos. Segundo a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul:

“A merenda escolar é um bem-estar proporcionado ao aluno, durante sua permanência na escola, devendo ser utilizado, como instrumento de educação alimentar, de socialização, de hábitos e atitudes saudáveis, de complemento nutricional e de formação de um cidadão crítico e saudável. É dever do Estado e da Escola viabilizar este direito” (SE,2000).

Partindo desse pressuposto iniciamos, na Coordenadoria Regional de Passo Fundo, no ano de 2000, uma série de debates a respeito da merenda escolar, envolvendo demais instituições interessadas no tema.

Primeiramente verificamos dados levantados pelas instituições, como foi o caso da Emater Regional de Passo Fundo, os quais demonstravam que no ano de 1999 foram gastos R\$ 2.486.451,65 com a merenda escolar na região da produção, envolvendo escolas municipais e estaduais. Também constatamos que a maioria dos produtos adquiridos vem de fora do Estado.

A partir desses dados nos deparamos com a seguinte problematização: Porque gastar dinheiro com produtos de outros estados? Por que não comprar produtos dos agricultores locais? Isso não traria mais desenvolvimento para nossa região?

Na maioria dos municípios da 7ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) a merenda é municipalizada, através de convênio entre o Estado e o Município, com a transferência de recursos do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. No ano de 2000 a SE repassou para a região da 7ª CRE o valor de R\$ 965.406,00, distribuídos nos 31 municípios que fazem parte desta região. Concluímos que esse dinheiro

poderia ficar no município e beneficiar pequenos agricultores familiares ou pequenos empresários locais.

Além da Emater obtivemos informações junto a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado. Constatamos que havia queixas dos agricultores para venda de seus produtos e que para facilitar este processo a Secretaria fez algumas ações complementares ao programa de agroindústria familiar. No que diz respeito à legislação, o agricultor agora pode vender seus produtos com nota do produtor, não havendo mais necessidade de registro da empresa e pagamento de várias taxas. Também foi criado o aval solidário através do FUNAMEPE, no qual os agricultores que compõem um grupo serão avalistas entre eles, no valor de até 30 mil reais. Essas ações facilitam a compra e venda de produtos dos agricultores locais, pois estes poderão fornecer nota do produtor para a escola. Também, contribui para a organização de agricultores locais para a instalação de pequenas agroindústrias, cujo objetivo é o fornecimento de produtos necessários às escolas da região.

Porém, para que isso venha se concretizar é fundamental a mobilização da comunidade local, democratizando o acesso das informações a respeito de quem faz parte do Conselho Municipal da Merenda do seu município, de quem compra a merenda, quanto é comprado e que tipo de alimento é adquirido.

Percebemos também, que havia organizações não governamentais do município e região oferecendo, através de feiras, alimentos ecológicos para a população. Ainda, que pelo fato de existir uma única feira ecológica não haveria necessidade de fazer as três licitações para compra do produto, conforme legislação vigente.

A partir destes fatos, algumas escolas, inicialmente seis, começaram a adquirir os hortifrutigrangeiros para a merenda escolar na feira ecológica, diretamente com o produtor, experimentando uma nova alternativa pedagógica na sua comunidade escolar.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Concordamos com Freire (1981), quando ele nos diz que um dos primeiros problemas que nos confrontamos quando nos obrigamos a conhecer uma dada realidade, é saber em que consiste de fato essa realidade. Para muitos de nós, a realidade concreta de uma certa população se reduz a um conjunto de dados materiais ou de fatos cuja existência ou não, de nosso ponto de vista, importa constatar. Acreditamos que a realidade concreta

seja todos esses fatos e dados, mas, além disso, a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida.

A partir dos objetivos propostos, ou seja, construção de políticas públicas que contemplassem a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e urbanas; desafiar as escolas para a busca de alternativas econômicas e sustentáveis para a merenda escolar; promover intercâmbio entre as instituições governamentais e não governamentais para construção de projetos que visassem o desenvolvimento econômico local e regional; foram feitos levantamentos dos dados a respeito da compra da merenda nos municípios que envolvem a 7ª CRE.

Desta forma procuramos através de um trabalho integrado, entre diversas instituições (Coordenadoria Regional de Educação, Emater, Coordenadoria Regional de Agricultura, Coonalter, Cetap, Cáritas), entender por que apesar dos dados e fatos comprovarem, que, a merenda não favorecia nem a saúde dos alunos e nem a economia local e regional, as instituições envolvidas mantinham este procedimento.

Realizaram-se reuniões com as entidades envolvidas para socialização dos dados levantados a respeito da merenda escolar, e com as escolas do município de Passo Fundo, desafiando-as a buscar alternativas de solução para o problema. Destas escolas, seis, aceitaram a proposta de experimentar o uso de produtos ecológicos na sua merenda.

CONCLUSÕES E RESULTADOS:

Percebemos que a mudança de hábitos alimentares é possível, apesar dos comentários de que os alunos não comeriam determinados produtos. Isso foi possível, pois, houve um processo educativo mostrando a importância da substituição de produtos cancerígenos e pobres em nutrientes, como salgadinho e refrigerantes, por alimentos ecológicos sem venenos e sem transgênicos, como pinhão, mandioca, rúcula, bergamota, banana, entre outros.

Também percebemos que além da questão nutricional podemos trabalhar outros elementos na escola a partir desta experiência, como a importância da compra da merenda diretamente do produtor, promovendo o desenvolvimento do nosso município. O recurso da merenda que antes ia para fora do Estado, agora, era repassado aos feirantes da nossa região.

Outro elemento importante é o debate a respeito da segurança alimentar, o qual inclui o direito a alimentação de qualidade, através de tecnologias limpas, como uso da agricultura ecológica. Esse tipo de agricultura não envenena nossas águas, nossos solos e nem o nosso organismo. Há uma relação de respeito e “cuidado” com o ambiente e com os consumidores, como sugere Boff (1999).

Desta forma, acreditamos que experiências como esta, contribuem para a construção de políticas públicas de segurança alimentar, promovendo os envolvidos sujeitos da sua própria história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTVATER, E. Os desafios da globalização ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos In: *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- BELATO, Dinarte. *Escola e Desenvolvimento*. Palestra proferida em São Leopoldo, setembro de 1999.
- BOFF, L. *Saber cuidar -ética do humano– compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOSCHIERA, Elisabeth Maria. *Educação ambiental e desenvolvimento*. Passo Fundo: Editora UPF, 2002.
- FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: Brandão, Carlos Rodrigues. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 34-35.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- OLIVEIRA, R.D de; OLIVEIRA, M.D de. Pesquisa social e educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação. *Merenda Escolar*. Porto Alegre, 2000.